

VEZ DO CORPO, VOZ DA CARNE: CORPOS TRANSGÊNEROS E IDENTIDADES EM DISCURSO

Anderson Lins Rodrigues; Berenice da Silva Justino

Universidade Federal de Pernambuco - anderson_lins10@hotmail.com
Universidade Federal de Campina Grande - berenicejustino@yahoo.com.br

Introdução

Iniciamos essa reflexão propondo pensar as (trans)identidades como uma série de mo(vi)mentos de identificação que uma pessoa pretende adotar, de maneira temporária ou permanente, em relação aos atributos sociais de gênero - masculino e/ou feminino -, em contradição ao sexo genital. Com essa problematização, podemos dizer que as identidades de gênero se referem às experiências de sujeitos em relação ao gênero, que pode ou não corresponder às expectativas sociais criadas em torno do sexo genital.

Essas experiências podem envolver modificação da aparência ou função corporal por procedimentos hormonais e/ou cirúrgicos, como também outras expressões de gênero - modos de falar, vestimentas etc. Essa discussão nos permite pensar que as pessoas podem viver alternadamente com duas identidades sociais, masculina e feminina. Ou assumir uma posição intermediária, o gênero não marcado. Ou viver plenamente no tipo de sexo oposto.

A partir dessas ponderações, é possível afirmar, *grosso modo*, que transgênero é um termo amplo para descrever e abrigar pessoas cuja identidade e expressão de gênero não estão em conformidade com normas e expectativas sociais ideologicamente associadas ao sexo genital/biológico. Também podem ser abrigados sobre o termo transgênero os sujeitos que se auto identificam como não tendo qualquer gênero, tendo gêneros alternativos e também os que se identificam tendo gêneros múltiplos.

No contexto em que usamos, intencionamos abrigar na expressão “sujeitos transgêneros” homens e mulheres “em suas variadas e contingentes relações com o gênero” (BORBA, 2014, p. 11). Essa orientação está alinhada ao que propõem alguns estudos que dão ênfase ao gênero construído, e não ao sexo biológico das pessoas, conforme explica Bento (2006).

Essas observações nos fizeram perceber que identidade de gênero não é um fato unitário, determinado em todos os lugares pelas mesmas motivações, mas antes uma complexa trama de variados mo(vi)mentos de identificação. A identidade trans, por exemplo, não é uma só, mas muitas identificações que as várias medidas do seu lugar não parecem ter correspondência.

Acreditamos, pois, ser por demais relevante refletir sobre os processos de identificação de gênero e sua constituição pelas determinações políticas e sócio históricas que, através de discursos normatizadores, naturalizam o binarismo macho e fêmea e a lógica cisgênera como o padrão para o qual todos os sujeitos devem convergir. Nesse sentido, justificamos esse trabalho a partir da necessidade de reflexão sobre como sujeitos transgêneros assumem “sua” posição discursivamente em relação à identidade de gênero.

Reflexão que pretendemos desenvolver a partir dos seguintes objetivos: 1. Que discursos determinam a identidade de gênero do outro e como esses sentidos constituem os sentidos sobre masculinidades e feminilidades? 2. Como esses discursos atravessam e ressoam na constituição identitária dos sujeitos transgêneros.

Entre o desejo da unidade e a variação constitutiva: os mo(vi)mentos de identificação dos sujeitos transgêneros

Do ponto de vista metodológico e com vistas a articular *objetivos da pesquisa e teoria do discurso*, por meio do movimento constante entre descrição e interpretação, a nossa investigação, cuja natureza pode ser definida como *interpretativo-discursiva*, permite a percepção de intrincadas relações do discurso, da língua, do sujeito e dos sentidos. Uma análise de caráter interpretativo-discursiva interessa-se em evidenciar o processo de constituição dos sentidos (efeitos de sentidos) e dos sujeitos (efeitos-sujeito), no intuito de compreender como o discurso produz sentidos e, por isso, está investido de significância para e por sujeitos (ORLANDI, 2000).

Essa será a perspectiva que adotaremos em nossa análise, com vistas a discutir como se constitui o discurso sobre a transgeneridade. Será possível problematizar a espessura histórico-ideológica que intervém na constituição e legitimação de configurações imaginárias sobre a identidade de gênero.

Dito isso, enfatizamos que as identidades de gênero vão se construindo a partir de um lugar movente e instável e, por isso, penso ser necessário discutir o conceito da *cisgeneridade*, enquanto efeito do sistema binário que sustenta a nossa sociedade. Explicamos: diz respeito à noção de cisgeneridade, *grosso modo*, as experiências/vivências dos sujeitos de concordância e “harmonia” entre corpo/genitália e o reconhecimento de si como homem ou mulher.

Nesse contexto, a palavra cisgeneridade designa as experiências subjetivas alinhadas às expectativas sociais de gênero e isso tem um duplo efeito: marca uma relação de diferença/desigualdade com a transgeneridade e, ainda, acrescenta outras perspectivas de abordagens e análises para compreensão das relações de/entre gêneros, uma vez que inscreve, nesse processo, a alteridade com as experiências de transgeneridade.

Entendemos, pois, que o uso da palavra *cisgeneridade*, utilizada para nomear as identidades de homens e mulheres, passa a funcionar discursivamente como forma de desvelar processos de constituição de subjetividades que estavam funcionando, até então, pelo seu apagamento, o que gerava efeitos de sentidos que naturalizavam a posição cis¹ quanto ao gênero.

E aqui cremos que seja válido nos reportar a Orlandi (2012), quando explica que a relação entre sujeitos e pensamento ou entre a linguagem e o mundo não é unívoca, direta e transparente, mas acontece por mediações, e o discurso como instância material dessa relação propicia a criação de categorias teórico-analíticas que favorecem a compreensão dos movimentos de produção dos sentidos. É no discurso, portanto, que se materializa a relação entre o ideológico e o linguístico enquanto modo social de produção da linguagem.

O processo de desnaturalização da constituição de subjetividades nos permite, pois, pensar o movimento de construção social que acomoda as pessoas e os seus corpos em diferentes situações políticas em função de “sua” identidade de gênero. E, para isso, é necessário entender a cisgeneridade a partir de um contexto de representações que tem por efeito a violência simbólica para se firmar como padrão que define as possibilidades de existência das pessoas.

A cisgeneridade é compreendida como uma posição relativa ao gênero que estrutura relações de poder – hierarquias “corporais” e “epistêmicas”. A mobilização do conceito de cisgeneridade é capaz de desvelar estas relações -

¹ Uso o termo “cis” como abreviação de “cisgênero”.

que se estruturam através de sua própria dissimulação, acobertando a causa do sujeito no próprio interior de seu efeito. **A cisgeneridade só deixa de ser o óbvio do gênero através de um processo crítico de questionamento de evidências.** (BAGAGLI, 2017, p. 153. Os destaques são nossos).

A respeito da hierarquia corporal, observamos que exerce sobre os sujeitos uma brutal violência na medida em que põe o corpo cis como modelo e parâmetro para o qual as experiências trans devem convergir para se legitimar diante do espelho e da sociedade *cis-hetero-normativa*. A lógica é: quanto menos evidenciar que é uma pessoa trans, mais aceita será, ou, ainda, contraditoriamente: para ser trans, é preciso se fazer cis.

Sob o efeito da *hierarquia epistêmica* incide a resistência teórica e política sobre o (se) dizer trans, ou seja, apenas é possível promover deslocamentos quanto às estruturas de conhecimento e modelo a partir da vivência cis enquanto verdade que pode ser enunciada sobre o gênero.

Conclusões

Nesse sentido, é possível dizer que as pessoas trans não dispõem de um poder estrutural para pensar teoricamente sobre as pessoas cis e, ainda, que esses sistemas teóricos, religiosos e estatais resistem a considerar as relações de/entre gêneros pela ótica trans. Em razão disso, reitero que é preciso abrir veredas e frestas nesse “cis-tema” para que seja possível às pessoas trans (se) verem a partir do seu “próprio” referencial e, também, para que a sociedade possa se deslocar para (se) ver por outros referenciais menos narcísicos.

Referências

BAGAGLI, Beatriz. Movimento de sentidos e constituição de subjetividade em discursos transfeministas. In: ZOPPI FONTANA, Mônica G; FERRARI, Ana Josefina (Org.). **Mulheres em discurso: gênero, linguagem e ideologia**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. e RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

_____. Subjetividade e verdade. In.: **Resumo dos cursos do Collège de France**. Trad.: Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ORLANDI, Eni P. **A leitura proposta e os leitores possíveis**. In: ORLANDI, Eni P (org.). **A leitura e os leitores**. Campinas, SP: Pontes, 1998.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2000.

_____. **Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.